

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 5.157.962 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 39.598.868 mil, Ativos Totais de R\$ 42.514.713 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.340.487 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.283.800 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 900.000 mil elevando-o de R\$ 17.192.900 mil para R\$ 19.376.700 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de março de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2017	2016	2017	2016
ATIVO				
CIRCULANTE	5.040.157	3.475.013	1.884.079	1.696.500
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	695.823	352.232	6.662	12.185
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação (Nota 7)	604.031	544.733	1.875.220	1.684.225
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 8)	578.405	211.684	2.197	90
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	1.067.677	1.035.458	-	-
Valores a Receber (Nota 9)	2.093.828	1.254.450	-	-
Outros Créditos	393	5.167	-	-
Créditos Tributários (Nota 17c)	-	71.289	-	-
NÃO CIRCULANTE	37.474.556	34.010.267	1.031.766	757.325
Realizável a Longo Prazo	4.333.939	4.314.868	39.598.868	35.031.455
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 8)	600.250	522.647	19.376.700	17.192.900
Valores a Receber (Nota 9)	1.880.420	2.360.222	19.300.338	17.382.863
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	732.796	635.947	921.830	455.692
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	800.692	628.906	-	-
Créditos Tributários (Nota 17c)	319.781	167.146	-	-
Investimentos (Nota 10)	33.140.617	29.695.399	-	-
TOTAL	42.514.713	37.485.280	42.514.713	37.485.280

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2017	2016	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.108.572	5.109.766							
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10)	4.691.814	4.624.867							
Resultado Financeiro (Nota 15)	619.798	674.396							
Despesas Tributárias (Nota 13)	(192.785)	(187.831)							
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(10.255)	(1.666)							
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.108.572	5.109.766							
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	49.390	61.461							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.157.962	5.171.227							
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,65	0,68							
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	0,65	0,68							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2017	2016	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:									
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.108.572	5.109.766							
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:									
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.691.814)	(4.624.867)							
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(323.275)	(666.493)							
Lucro Líquido Ajustado	93.483	(181.594)							
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(403.682)	(1.045.479)							
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(127.509)	(78.946)							
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(437.708)	(1.306.019)							
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:									
(Aquisição)/Alienação de Investimentos	(81.442)	704.839							
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.495.415	1.231.502							
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.413.973	1.936.341							
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:									
Aumento de Capital	1.283.800	1.227.900							
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.916.474)	(1.838.945)							
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(632.674)	(611.045)							
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	343.591	19.277							
Início do Exercício	352.232	332.955							
Fim do Exercício	695.823	352.232							
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	343.591	19.277							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2016
Lucro Líquido		5.157.962	5.171.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial		466.138	866.638
Total do Resultado Abrangente		5.624.100	6.037.865

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, estão apresentados na Nota 8.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 9.

(iii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros são apurados de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 10.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

- No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.
- Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
 - CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
 - O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48.
 - De acordo com a análise realizada pela Companhia, os impactos estimados em relação à adoção do CPC 48, relacionados aos investimentos diretos/indiretos, representará, segundo melhores estimativas, uma redução de aproximadamente 1,4% do patrimônio líquido.
 - CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, (CPC 02 e CPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e
 - CPC 06 - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

AES ELPA S/A	3
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.	52
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A.	42
CESP-COMANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	28
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	60
CIA DE SANAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	8
MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TIT. E VAL. MOBILIÁRIOS	57

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Depósito bancário (1).....	100.136	97.335
Fundos de investimentos financeiros (2).....	595.687	254.897
Total	695.823	352.232

(1) No país e no exterior; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 575.947 (2016 - R\$ 524.811), sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

8) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo circulante, no montante de R\$ 578.405 (2016 - R\$ 211.684), sendo o valor de custo atualizado R\$ 578.683 (2016 - R\$ 211.632).

10) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 4.691.814 (2016 - R\$ 4.624.867).
b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
				ON	PN		2017	2016	2017	2016	
				Bradesco (1) (3).....	59.100.000		117.844.345	17.089.364	1.465.827	735	24,01
NCF Participações S.A. ("NCF") (1).....	4.468.004	8.534.178	880.646	862.511	-	39,51	3.371.794	3.007.239	345.181	298.224	
Bradespar (1) (3).....	4.100.000	9.259.270	2.328.375	44.883	301	12,93	1.196.908	1.045.806	297.481	81.077	
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1).....	9.311	482.244	80.364	41.251	-	50,00	241.122	421.432	40.183	57.023	
Agio - Titanium (4).....	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-	
Agio - Bradesco (4).....	-	-	-	-	-	-	4.680	4.680	-	-	
Total				33.140.617	29.695.399			4.691.814	4.624.867		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial são auditadas pelos mesmos auditores independentes; e
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 800.692 (2016 - R\$ 628.906). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
No início do período.....	700.508	458.621
Atualizações monetárias.....	59.541	54.060
Constituição.....	192.501	187.827
No final do período.....	952.550	700.508

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e eletivo, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias.....	7.970.969.916	7.684.369.032
Total	7.970.969.916	7.684.369.032

Em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de janeiro de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.283.800, elevando-o de R\$ 17.192.904 para R\$ 18.476.700, mediante a subscrição de 286.600.884 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 900.000, elevando-o de R\$ 18.476.700 para R\$ 19.376.700, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	5.157.962	5.171.227
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	7.899.320	7.611.453
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,65	0,68

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Ativos	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Caixa/disponibilidades.....	-	-	5	5	-	-	100.131	97.330	100.136
Aplicações financeiras.....	-	-	1.754.602	1.261.377	-	-	664	246	1.755.266	1.261.623
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	27.420	19.676	-	-	-	-	27.420	19.676
Valores a receber de ligadas.....	714.694	650.005	3.259.554	2.964.667	-	-	-	-	3.974.248	3.614.672
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	1.067.677	1.035.458	-	-	-	-	1.067.677	1.035.458
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar.....	1.505.511	1.343.632	-	-	369.709	340.593	-	-	1.875.220	1.684.225

Recursos/(despesas) de juros/outras	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Recursos/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	64.689	79.779	294.887	364.646	-	-	-	-	359.576
Recursos/(despesas) de aplicação.....	(1.851.483)	(1.850.600)	1.774.366	1.689.016	(489.004)	(505.100)	-	-	(566.121)	(666.684)
Total	(1.786.794)	(1.770.821)	1.280.000	1.023.662	(489.004)	(505.100)	40.701	130.560	168.781	162.090

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e
(3) Bradesco Leasing, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman") e NCD Participações Ltda. ("NCD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500 (2016 - R\$ 300) para remuneração dos Administradores e de R\$ 3.500 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Proventos.....	3.200	203
Total	3.200	203

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	3.500	-
Total	3.500	-

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	5.108.572	5.109.766
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(1.736.914)	(1.737.320)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes....	1.595.217	1.572.455
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(603.285)	(574.266)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	795.766	800.938
Outros valores.....	(1.394)	(346)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	49.390	61.461
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(32.155)	(19.718)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias.....	85.737	82.168
Constituição/(realização), no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa.....	(4.192)	(989)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	49.390	61.461
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos		
	Em 31 de dezembro	
	2016	2017
Provisão para contingência fiscal.....	217.537	85.324
Outras.....	359	772
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	217.896	86.080
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	19.779	4.192
Subtotal dos créditos tributários.....	237.675	90.272
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	760	199
Total dos créditos tributários.....	238.435	90.471
Obrigações fiscais diferidas.....	56.817	22.696
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	181.618	67.775

e uma marcação a mercado de R\$ (278) (2016 - R\$ 52), com vencimento em dezembro de 2018 e, no ativo não circulante, no montante de R\$ 600.250 (2016 - R\$ 522.647), sendo o valor de custo atualizado R\$ 601.620 (2016 - R\$ 524.933), e uma marcação a mercado de R\$ (1.370) (2016 - R\$ (2.286)), com vencimento em dezembro de 2019.

9) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	1.379.134	1.254.450
Contratos de mútuo (2).....	714.694	-
Não Circulante		
Contratos de mútuo (3).....	1.880.420	2.360.222
Total	3.974.248	3.614.672

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC;
(2) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018; e
(3) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2020.

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e
(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	5.157.962	-
Reserva legal.....	(257.898)	-
Base de cálculo ajustada.....	4.900.064	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	2.340.487	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	(233.018)	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017.....	2.107.469	43,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016.....	2.120.343	43,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP intermediário, deliberado em 3 de julho de 2017 e JCP complementar, deliberado em 22 de dezembro de 2017; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS.....	159.258	155.542
PIS.....	33.370	32.285
Outras.....	157	4
Total	192.785	187.831

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços de terceiros.....	2.660	1.195
Despesas de pessoal.....	7.340	244
Editais e publicações.....	186	164
Outras.....	69	63
Total	10.255	1.666

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Juros ativos, líquidos de juros passivos.....	401.073	487.445
Rendimento de ativos financeiros.....	198.642	186.466
Outras.....	20.083	485
Total	619.798	674.396

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2018.....	523</				

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
AES ELPA S/A	3
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.	52
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A.	42
CESP-COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	28
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	60
CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	8
MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TÍT. E VAL. MOBILIÁRIOS	57

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io | **ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687


Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 58 Página 62
São Paulo, quinta-feira, 29 de março de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 5.157.962 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 39.598.868 mil, Ativos Totais de R\$ 42.514.713 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.340.487 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.283.800 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 900.000 mil elevando-o de R\$ 17.192.900 mil para R\$ 19.376.700 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de março de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017		2016		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE	5.040.157	3.475.013	5.040.157	3.475.013	CIRCULANTE	1.884.079	1.896.500	1.884.079	1.896.500
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9).....	695.823	352.232	695.823	352.232	Impostos e Contribuições a Receber (Nota 17g).....	6.862	12.185	6.862	12.185
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação (Nota 7).....	604.031	544.733	604.031	544.733	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 16a).....	1.875.220	1.684.225	1.875.220	1.684.225
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 8).....	578.405	211.684	578.405	211.684	Outras Obrigações.....	2.197	90	2.197	90
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a).....	1.067.677	1.035.458	1.067.677	1.035.458	NÃO CIRCULANTE	1.031.766	757.325	1.031.766	757.325
Valores a Receber (Nota 9).....	2.093.828	1.254.450	2.093.828	1.254.450	Provisão para Impostos e Contribuições.....	79.216	56.817	79.216	56.817
Outros Créditos.....	393	5.167	393	5.167	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b).....	952.550	700.508	952.550	700.508
Créditos Tributários (Nota 17c).....	-	71.289	-	71.289	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.598.868	35.031.455	39.598.868	35.031.455
NÃO CIRCULANTE	37.474.556	34.010.267	37.474.556	34.010.267	Capital Social (Nota 12a).....	19.376.700	17.192.900	19.376.700	17.192.900
Realizável a Longo Prazo.....	4.333.939	4.314.868	4.333.939	4.314.868	Reservas de Lucros (Nota 12d).....	19.300.338	17.382.863	19.300.338	17.382.863
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 8).....	600.250	522.647	600.250	522.647	Outros Resultados Abrangentes.....	921.830	455.692	921.830	455.692
Valores a Receber (Nota 9).....	1.880.420	2.360.222	1.880.420	2.360.222	TOTAL	42.514.713	37.485.280	42.514.713	37.485.280
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f).....	732.796	635.947	732.796	635.947					
Depósitos Judiciais (Nota 11b).....	800.692	628.906	800.692	628.906					
Créditos Tributários (Nota 17c).....	319.781	167.146	319.781	167.146					
Investimentos (Nota 10).....	33.140.617	29.695.399	33.140.617	29.695.399					
TOTAL	42.514.713	37.485.280	42.514.713	37.485.280					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.108.572	5.109.766
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10).....	4.691.814	4.624.867
Resultado Financeiro (Nota 15).....	619.798	674.396
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(192.785)	(187.831)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	(10.255)	(1.666)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.108.572	5.109.766
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	49.390	61.461
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.157.962	5.171.227
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b).....	-	-
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b).....	0,65	0,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido	5.157.962	5.171.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	466.138	866.638
Total do Resultado Abrangente	5.624.100	6.037.865

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Reservas de Lucros		Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2017	2016							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.100.000	738.788	14.608.022	85.526	(410.946)	-	5.171.227	5.171.227	30.121.390
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	866.638	866.638	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	866.638	866.638	-
Aumento do Capital por Subscrição.....	1.227.900	-	-	-	-	-	-	-	1.227.900
Aumento do Capital Social com Reservas.....	865.000	-	(865.000)	-	-	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	258.561	2.556.966	-	-	-	(2.815.527)	(2.815.527)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(2.355.700)	(2.355.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.192.900	997.349	16.299.988	85.526	455.692	-	5.157.962	5.157.962	35.031.455
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	466.138	466.138	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	466.138	466.138	-
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 12a).....	1.283.800	-	-	-	-	-	-	-	1.283.800
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 12a).....	900.000	-	(900.000)	-	-	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	257.898	2.559.577	-	-	-	(2.817.475)	(2.817.475)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(2.340.487)	(2.340.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.376.700	1.255.247	17.959.565	85.526	921.830	-	5.157.962	5.157.962	39.598.868

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros para negociação
Ativos financeiros para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, estão apresentados na Nota 8.

ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juro. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 9.

iii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros são apurados de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juro, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 10.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhecida no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas passíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12c.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

10) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 4.691.814 (2016 - R\$ 4.624.867).

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		ON	PN	2017	2016	2017	2016	
Bradesco (1) (3).....	59.100.000	117.844.345	17.089.364	1.465.827	735	24,01	28.290.588	25.180.717	4.008.969	4.188.543
NCF Participações S.A. ("NCF") (1).....	4.468.004	8.534.178	880.646	862.511	-	39,51	3.371.794	3.007.239	345.181	298.224
Bradespar (1) (3).....	4.100.000	9.259.270	2.328.375	44.883	301	12,93	1.196.908	1.045.806	297.481	81.077
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1).....	9.311	482.244	80.364	41.251	-	50,00	241.122	421.432	40.183	57.023
Ágio - Titanium (4).....	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (4).....	-	-	-	-	-	-	4.680	4.680	-	-
Total				33.140.617	29.695.399		4.691.814	4.624.867		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial são auditadas pelos mesmos auditores independentes; e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

continua...

